



ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir



COMUNICADO

O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2016

A Constituição da República Portuguesa (CRP) expressa como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana e o desejo de construção de uma sociedade livre, justa e solidária assentando o Estado de Direito Democrático entre outros aspetos na realização da democracia económica, social e cultural tendo em consideração o aprofundamento da democracia participativa. Este paradigma de democracia tem como objetivo o contributo de todos os cidadãos e seus representantes quando constituídos em associações que os representem.

A Associação de Praças (AP), como associação representativa dos direitos das Praças das Forças Armadas não pode deixar passar em branco e demonstrar o seu desagrado, o facto de não ter sido mais uma vez, ouvida em tempo útil, sobre o Projeto de Lei do Orçamento de Estado para 2016 (OE), nomeadamente no que diz respeito às matérias socioprofissionais que incidem sobre as Praças das Forças Armadas.

O OE para 2016, prevê a reposição dos salários ao longo do ano, a redução da sobretaxa do IRS e o descongelamento do valor das pensões. Gostaríamos de acreditar que assim vai ser de acordo com o que tem sido transmitido pelos nossos governantes na comunicação social.

Diz o Governo que o impacto destas três medidas é superior a 1000 milhões de euros e que conseqüentemente as famílias irão ter na sua carteira este valor como aumento do seu rendimento.

O que nós, como Portugueses e como Militares, não podemos olvidar é que este valor não se trata de um acréscimo no nosso rendimento, outrossim, é a reposição do esbulho que nos foi cometido durante os últimos quatro anos.

O que a AP não pode nem deve permitir é que os nossos Camaradas, por vezes incautamente, se deixem *embarrilar* com estas medidas avulsas.

Apesar destas medidas serem aplicadas aos que servem o país nas Forças Armadas, não se percebe que, concretamente no que diz respeito aos jovens que ingressam na vida militar, a posição do Governo ao impor a manutenção de uma medida criada pelo Governo anterior no Orçamento de Estado de 2013 e que se mantém até aos dias de hoje.

Assim é de todo inaceitável que na atual conjuntura se retire nos três primeiros meses da formação complementar a Graduação aos militares em Regime de Contrato e de Voluntariado. A este universo de militares, que cada vez é mais reduzido pelo facto das reduções por via da diminuição das incorporações, o Governo tem como proposta para estes jovens prolongar no tempo o pagamento de uma remuneração mensal cujo valor é muito reduzido. Uma clara degradação da situação económica destes militares que face a compromissos já assumidos, coloca-os numa situação muito fragilizada.

Convém lembrar que o valor da remuneração mensal de um soldado/grumete recruta é de 194,92€ e que a Graduação, ao ocorrer três meses após o início da formação complementar, corresponde a uma perca mensal de 543,13€, o que se traduz no total de 1.629,39€ por militar incorporado na Marinha e na Força Aérea. No caso do Exército a perca mensal corresponde a 388,66€, o que se traduz no total 634,81€.



ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir



COMUNICADO

Importa realçar que o Regime de Contrato continua envolto em indefinições e incertezas. Assistimos ao incumprimento do Regulamento de Incentivos, incidindo assim, sobre este universo de militares enormes prejuízos com vista às suas aspirações pessoais e profissionais, como seja o caso da Formação Certificada ministrada por parte dos ramos, como fator catalisador de reinserção na vida ativa, que continua adiada sem que sejam tomadas as medidas adequadas ou seja ainda pela alteração das regras estabelecidas contratualmente sem a respetiva salvaguarda dos militares que já se encontram a cumprir contrato ou pelo incumprimento dos pagamentos do Suplemento de Residência, da Prestação Pecuniária e do Suplemento de Condição Militar (SCM) durante a Instrução Complementar.

A atuação deste Governo nesta matéria é do nosso ponto de vista inqualificável. Trata-se de uma questão ideológica. Vejamos, a uns retira-se rendimentos cortando-se no seu vencimento mais de 70%, a outros continua-se a permitir pagar mensalmente o valor referente a despesas de representação. Onde está a justiça e equidade desta medida?

Seria interessante saber o valor global que o estado suporta com o pagamento das despesas de representação em toda a Administração Pública!

Outra questão contra a qual devemos continuar a lutar é a pretensão de se *funcionalizar* as Forças Armadas. Esta questão é totalmente contrária á dignificação da Condição Militar, permitindo-se que se considere um Militar das Forças Armadas como um funcionário público, abjurando as especificidades inerentes à nossa função.

Militares que juram guardar e fazer respeitar a Constituição da República Portuguesa, se necessário com o sacrifício da própria vida.

Temos o dever de alertar e impor junto das chefias os nossos paradigmas de funcionamento e esses passam pela dignificação das Praças, Homens e Mulheres, que servem nas Forças Armadas.

A força da luta mede-se com a participação ativa da Classe de Praças das Forças Armadas.

Sem vós, não faz sentido termos uma Associação de Classe.

QUEM LUTA NEM SEMPRE GANHA, MAS QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE!

A Direção
Lisboa, 7 de março de 2016